

MATRÍCULAS DE ALUNOS PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL (2009-2021)

ENROLLMENT OF SPECIAL EDUCATION STUDENTS IN FEDERAL PROFESSIONAL EDUCATION IN MATO GROSSO DO SUL (2009-2021)

 Jaqueline Zanotti Dalmonech^A
 Andressa Santos Rebelo^B

^A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAN), Corumbá, MS, Brasil

^B Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAN), Corumbá, MS, Brasil

Recebido em: 02 mar. 2023 | Aceito em: 23 dez. 2023

Correspondência: Jaqueline Zanotti Dalmonech (nanizanotti@gmail.com)

Resumo

Neste artigo objetiva-se analisar alguns indicadores de matrícula de alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE) na educação profissional, científica e tecnológica federal em Mato Grosso do Sul (MS), no período de 2009 a 2021. Teve-se por delimitação o quantitativo de matrículas de alunos público da educação especial em classe comum; dentre essas, matrículas na educação profissional; e matrículas de alunos da educação especial na educação profissional na Rede Federal no estado. Foi realizada a análise de dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), revisão de literatura e análise documental. Os dados evidenciam um aumento no número de matrículas na Rede Federal, no entanto, ainda tímido. Destaca-se ainda, o pequeno número de matrículas do PAEE na educação profissional, científica e tecnológica federal no MS, está relacionada às formas de ingresso nos cursos, que ainda apresentam barreiras para as pessoas com deficiência. Vale ressaltar a importância das condições de acesso, permanência e participação desse público nos planejamentos de ações para sua participação efetiva nessa modalidade de ensino.

Palavras-chave: Educação especial; Educação profissional; Rede Federal; Indicadores educacionais.

Abstract

The aim of this article is to analyze some indicators for the enrollment of special education students (PAEE) in federal professional, scientific and technological education in Mato Grosso do Sul (MS), from 2009 to 2021. The delimitation was the number of special education students enrolled in ordinary classes; among these, enrollment in professional education; and enrollment of special education students in professional education in the Federal Network in the state. Data made available by the Anísio Teixeira National Institute for Educational Studies and Research (INEP) was analyzed, along with a literature review and documentary analysis. The data shows an increase in the number of students enrolled in the Federal Network, although it is still timid. The small number of PAEE enrolments in federal professional, scientific and technological education in Mato Grosso do Sul is also related to the ways of entering courses, which still present barriers for people with disabilities. It is worth emphasizing the importance of the conditions of access, permanence



and participation of this public, in the planning of actions for their effective participation in this type of education.

Keywords: Special education; Professional education; Federal Network; Educational indicators.

Introdução

Historicamente, o conhecimento sobre as pessoas com algum tipo de deficiência¹ tem sido caracterizado por sua diferenciação em relação às não classificadas com deficiência, desconsiderando sua formação como ser humano interligado às suas condições de vida (Lopes; Gonzalez; Prieto, 2021). É comum, a visão de concepções homogeneizadoras sobre as pessoas com deficiência, como a não aceitação da diversidade entre as pessoas, caracterizada “na histórica distinção categorial das deficiências que os entendia como um conjunto diferenciado de seres humanos quanto aos seus processos constitutivos, mas homogêneo dentro da categoria deficiência” (Góes, 2014, p. 13).

Segundo Lopes, Gonzalez e Prieto (2021), é importante compreender que deficiência se concebe na relação das pessoas em meio as barreiras impostas na sociedade, não sendo analisada sua individualidade e conhecer os indicadores sociais de suas condições de vida. Jannuzzi (2001) define um indicador social como

[...] uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato de interesse teórico (pesquisa acadêmica) ou pragmático (formulação de políticas) (Jannuzzi, 2001, p. 15).

O autor complementa, denominando os indicadores sociais como insumos básicos e indispensáveis para formulação e implementação de políticas públicas:

A disponibilidade de um sistema amplo de indicadores sociais, relevantes e válidos e confiáveis certamente potencializa as chances de sucesso no processo de formulação e implementação e políticas públicas na medida em que permite, em tese, diagnósticos sociais, monitoramento de ações e avaliações de resultados mais abrangentes e tecnicamente mais respaldados (Jannuzzi, 2001, p. 32).

O acesso de alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE)² à rede de educação profissional de se intensifica a partir de 1991, com a instituição de programas específicos de

¹ Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015, Art. 2º).

² O termo “público-alvo da Educação Especial” refere-se às pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2011).

emprego, por meio da Lei nº 8.213/91, que estabeleceu cotas para a contratação de pessoas com deficiência. Em 1999, por meio de estudos do Ministério da Educação (MEC), verificou-se que haviam 267 alunos matriculados na Rede Federal de Educação Tecnológica, assim, de alguma forma, já se desenvolvia educação profissional para esse público. No entanto, apenas 30% das instituições afirmaram realizar cursos ou ações específicas a esses estudantes (Brasil, 2000).

As ações inclusivas dos Institutos Federais, em termos de legislação, foram consolidando-se sobretudo a partir da sanção da Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012). Tais instituições passaram a garantir o ingresso de estudantes (nos cursos técnico de nível médio e superior) que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, de estudantes oriundos de famílias em situação de baixa renda e de estudantes pretos, pardos e indígenas, mediante a reserva de vagas nos concursos seletivos para cada um dos cursos ofertados. Quatro anos depois foi acrescentada a reserva de vagas para as pessoas com deficiência, por meio da Lei nº 13.409/2016 (Brasil, 2016).

Neste artigo objetiva-se analisar alguns indicadores de matrícula de alunos na educação profissional, científica e tecnológica federal no estado de Mato Grosso do Sul (MS), no período de 2009 a 2021. Teve-se por delimitação o quantitativo de matrículas de alunos público da educação especial em classe comum; dentre essas, matrículas na educação profissional; e matrículas de alunos da educação especial na educação profissional na Rede Federal no estado do Mato Grosso do Sul. Foi realizada a análise de dados do Censo Escolar da Educação Básica, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), revisão de literatura e análise documental.

Foram analisados dados de 2009 a 2021. O ano de 2009 é subsequente à publicação da Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país. No momento de escrita deste artigo, os dados disponíveis mais atuais do Censo Escolar são os de 2021.

Oficialmente organizada em 2008 pela Lei nº 11.892, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também conhecida por Rede Federal, constituiu-se em um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país. No entanto, registra-se que a Rede Federal é centenária, uma vez que as

instituições federais de educação profissional existem desde 1909, quando foram criadas 19 Escolas de Aprendizes e Artífices³.

Público da educação especial na educação profissional federal em Mato Grosso do Sul

Antes da criação dos Institutos Federais, em 2008, haviam estados brasileiros que não tinham nenhuma instituição federal de educação profissional, como é o caso do Mato Grosso do Sul. No ano de 2010 ocorreram as primeiras matrículas na educação profissional na Rede Federal de ensino no estado, com a criação do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), que são apresentadas na tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Matrículas gerais de alunos da educação profissional na Rede Federal em Mato Grosso do Sul (2009-2021).

Ano	Matrículas da Educação Profissional		
	Total	Rede Federal	%
2009	10245	-	0,00
2010	9543	123	1,29
2011	13094	1070	8,17
2012	18224	1368	7,51
2013	23087	1790	7,75
2014	27809	1973	7,09
2015	29447	4976	16,90
2016	24826	3687	14,85
2017	17767	3687	20,75
2018	18429	4046	21,95
2019	19079	3855	20,21
2020	19820	5606	28,28
2021	21427	5730	26,74

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica

Há um aumento gradativo no número de matrículas gerais de alunos na educação profissional no período analisado, com aumentos expressivos no número de matrículas entre 2011 e 2015, que coincidem com o início do funcionamento de novos *campi* do IFMS. De modo geral, a criação da Rede Federal a partir da Lei nº 11.892/2008 trouxe uma nova forma de organizar a educação profissional, proporcionando oportunidades e o acesso à essa modalidade de ensino a estudantes das regiões do país ainda não alcançadas, como apontam os estudos de Dall'alba (2016) e Silva e Eltz (2019).

³ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>. Acesso: 9 fev. 2023.

A tabela 2 apresenta o percentual de matrículas de alunos PAEE na educação profissional na Rede Federal em Mato Grosso do Sul no mesmo período.

Tabela 2 - Matrículas de alunos PAEE na educação profissional na Rede Federal em Mato Grosso do Sul (2009-2021)

Ano	Matrículas da Educação Especial na educação profissional		
	Total	Federal	%
2009	4	-	0,00
2010	10	-	0,00
2011	20	3	15,00
2012	48	6	12,50
2013	64	12	18,75
2014	78	17	21,79
2015	123	19	15,45
2016	147	22	14,97
2017	103	45	43,69
2018	156	49	31,41
2019	185	68	36,76
2020	195	88	45,13
2021	200	81	40,50

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica.

As primeiras matrículas de alunos PAEE na educação profissional na Rede Federal em Mato Grosso do Sul foram registradas apenas em 2011, com 3 matrículas. Mesmo que timidamente, houve aumento dessas matrículas de 2012 a 2016, o que pode ser atribuído à publicação do Decreto nº 7.611/2011 que dispôs sobre a educação especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) (Brasil, 2011) e que mobilizou a ampliação de ações em diferentes etapas/modalidades de ensino (Rebelo, 2016).

Após a promulgação da reserva de vagas para as pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino, Lei 13.409/2016, registra-se um maior avanço das matrículas dos estudantes PAEE, aumentando de 22 em 2016, para 45 em 2017.

Em seguida, esse número mais que dobrou, chegando a 88 em 2020, ou seja, quatro vezes mais do que antes da vigência da referida lei. Também houve um aumento significativo de matrículas de alunos PAEE na educação profissional da Rede Federal em relação às matrículas nas demais instituições que oferecem educação profissional no estado de Mato Grosso do Sul, pois em 2016 a cada 6,5 matrículas apenas 1 estava na Rede Federal, já em 2021 a Rede Federal passou a ter 1 matrícula de alunos PAEE na educação profissional a cada 2,5 matriculados (ao comparar dados das tabelas 1 e 2). Esses dados indicam os impactos da

implantação da lei de cotas como política imprescindível para o acesso de estudantes historicamente excluídos dessas instituições, corroborando os resultados de Barbosa (2018) e Santos (2020).

A tabela seguinte mostra a porcentagem de matrículas de alunos PAEE na Rede Federal em comparação ao total de matrículas da Educação Especial em Mato Grosso do Sul.

Tabela 3 - Matrículas de alunos PAEE na Rede Federal em relação ao total de matrículas da Educação Especial em Mato Grosso do Sul (2009-2021)

Ano	Matrículas da Educação Especial em MS		
	Total	Rede Federal	%
2009	11.129	-	0,00
2010	12.883	-	0,00
2011	14.398	3	0,02
2012	14.945	6	0,04
2013	15.869	12	0,08
2014	17.120	17	0,10
2015	18.852	19	0,10
2016	19.570	22	0,11
2017	19.107	45	0,24
2018	19.932	49	0,25
2019	20.977	68	0,32
2020	21.250	88	0,41
2021	21.526	81	0,38

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica.

De acordo com a tabela 3, houve um pequeno crescimento do número de matrículas de alunos PAEE na educação profissional na Rede Federal no estado. Ao cotejar o total de estudantes PAEE na educação profissional na Rede Federal com o total de matrículas de estudantes PAEE nas demais dependências administrativas (redes municipal, estadual e privada) antes da promulgação da Lei nº 13.409/2016, existia 1 matrícula na Rede Federal para cerca de 900 matrículas desse mesmo público nas outras dependências. Em 2021 esse número passou a ser de 1 matrícula para cada 265 nas demais dependências (tabela 3).

Ao longo dos anos, o quantitativo de matrículas vem aumentando gradativamente. Entretanto, esse quantitativo de matrículas ainda representa uma parcela pequena do total de matrículas de estudantes PAEE na educação básica, como apontam Santos, Silva e Nozu (2018).

Na tabela 4 apresenta-se o quantitativo de matrículas por categorias/tipos de deficiência: cegueira, baixa visão, surdez, deficiência auditiva, surdocegueira, deficiência física, deficiência intelectual, deficiência múltipla, autismo, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (TDI) e altas habilidades/superdotação.

Tabela 04 - Matrículas de alunos PAEE na Educação Especial em Mato Grosso do Sul (2009-2021) por tipo de deficiência, TGD, Altas Habilidades e Superdotação.

Ano	Total	Cegueira	Baixa Visão	Surdez	Deficiência Auditiva	Surdocegueira	Deficiência Física	Deficiência Intelectual	Deficiência Múltipla	Autismo	Síndrome de Asperger	Síndrome de Rett	Transtorno Desintegrativo da Infância – TDI	Altas Habilidades/Superdotação
2009	6.261	77	360	302	619	7	646	4.136	196	41	11	6	112	31
2010	8.186	90	507	339	700	7	892	5.523	396	70	24	15	398	85
2011	9.829	95	584	511	570	6	1.097	6.843	514	116	38	17	495	114
2012	10.407	82	594	595	481	6	1.170	7.405	570	140	43	14	448	161
2013	11.132	84	582	540	461	5	1.237	8.160	563	200	45	12	349	238
2014	12.372	85	608	507	499	5	1.376	9.231	657	289	60	15	337	297
2015	13.986	88	669	463	525	4	1.470	10.556	714	389	73	18	398	347
2016	14.510	87	729	426	544	5	1.548	10.929	830	556	102	16	385	386
2017	13.990	105	736	383	538	3	1.569	10.246	912	774	121	15	406	414
2018	14.738	89	710	363	579	4	1.653	10.571	988	1.144	132	15	462	446
2019	15.718	88	760	322	594	13	1.722	11.052	1.052	2.253	-	-	-	456
2020	16.010	88	764	291	563	12	1.723	11.091	1.056	2.681	-	-	-	381
2021	16.147	86	732	246	547	11	1.683	10.859	1.015	3.237	-	-	-	350

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica.

Houve um acréscimo de matrículas a cada ano, com 6.261 matrículas em 2009 e 16.147 matrículas em 2021, equivalente a um aumento de 260% ao longo desses doze anos.

É possível observar que no cômputo de todos os tipos de deficiência, as matrículas de alunos com deficiência intelectual sobressaem em todos os anos. Persiste a importância de políticas públicas específicas para as pessoas com deficiência intelectual para a inserção no mercado de trabalho, que dentro do próprio grupo do PAEE, sofrem desvantagem, haja vista que em nossa sociedade, a condição intelectual é muito valorizada, permanecendo uma ideia que, hipoteticamente está “[...] habilita as pessoas a enfrentarem os mais variados desafios impostos por uma sociedade competitiva e com avanços tecnológicos a passos largos” (Góes, 2014, p. 21).

Além disso, também foi possível averiguar, no intervalo relativo a 2019 e 2021, que não foi registrada nenhuma matrícula de alunos com síndrome de Asperger, síndrome de Rett e transtorno desintegrativo da infância. Essa mudança pode ter sido ocasionada pela alteração da classificação de Transtorno do Espectro Autista (TEA), que passou a englobar tais tipos de

deficiência dentro de um mesmo diagnóstico (DSM-5, 2014), modificação que começou a ser adotada partir de maio de 2019 (OPAS, 2022).

Considerações finais

Neste artigo objetivou-se analisar alguns indicadores de matrícula de alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE) na educação profissional, científica e tecnológica federal no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2009 a 2021. O período, marcado pelo aumento de matrículas do PAEE, coincide com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e da Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), intitulada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que traz contribuições para a implementação da política de inclusão educacional. Acrescenta-se a Lei nº 13.409/2016 que estabeleceu o sistema de cotas e a reserva de vagas para alunos PAEE na Rede Federal (Brasil, 2016). No entanto, é preciso cautela em relacionar a ampliação de matrículas com os documentos normativos e orientadores, pois conforme Rebelo e Kassab (2018) os dados estatísticos podem proporcionar diferentes leituras.

A despeito de comporem os dados oficiais da educação brasileira, Dias (2014) aponta a possibilidade de inconsistências no lançamento das informações do Censo Escolar, oriundos não somente por limitações técnicas relacionadas a escola, mas também, devido a forma de organização dos questionários e seus registros. A autora, cita possíveis equívocos nas realizações desses registros envolvendo os alunos com dificuldades de aprendizagem, diabetes, problemas psiquiátricos, que ao ser classificados como PAEE trazem distorções nos resultados do Censo Escolar.

Vimos que a categoria deficiência intelectual é a mais registrada na educação profissional e tecnológica em Mato Grosso do Sul, o que também ocorre no Censo Demográfico (Lopes; Gonzalez; Prieto, 2021) e no Censo Escolar em todo o país (Brasil, 2022), o que requer ações destinadas a esse público, que proporcionem qualidade de vida e maior acesso aos direitos sociais (Lopes; Gonzalez; Prieto, 2021).

No estado de Mato Grosso do Sul, o número de matrículas de alunos PAEE na Rede Federal cresceu nos últimos anos, e esse aumento pode ser reflexo das políticas de acesso. No entanto, os números de matrículas ainda são pequenos, se comparados a outras dependências de ensino (Brasil, 2022). Parte dos alunos PAEE evadem da escola, seja por falta de atendimento educacional, seja por ausência de atendimento de políticas da área da saúde e setoriais (Brasil, 2014).

Destaca-se ainda a forma de ingresso nos cursos regulares de formação profissional, que constituem barreiras para as pessoas com deficiência, assim como para as pessoas com baixo nível de renda (Perinni, 2017). Nos casos exitosos de atendimento desses estudantes na Rede Federal, teve importância as condições de acesso, permanência e participação nos planejamentos das ações para a efetiva participação em sua formação. O “sucesso” profissional e acadêmico desses estudantes não é garantido simplesmente pelo acesso a cursos ofertados na rede (Rosa, 2011), ou seja, apesar da quantidade crescente das matrículas, estas devem possibilitar o acesso a direitos em sua escolarização e vida em sociedade.

Referências

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2014.
- BARBOSA, Daniela da Conceição Lino. O Ingresso de Estudantes do Sistema Público de Ensino Fundamental na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Ágora@-Revista Acadêmica de Formação de Professores**, v. 3, n. 5, p. 37-67, 2018.
- BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm> Acesso em: 11 jun. 2022.
- BRASIL. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília: Congresso Nacional, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> Acesso em: 13 jun. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, Brasília: Congresso Nacional, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Congresso Nacional, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 15 jun., 2022.
- BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília: Congresso Nacional, 2016. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília, 2014.

BRASIL. **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília, 2022.

DALL'ALBA, Jacira. **Inclusão no contexto dos Institutos Federais de Educação: contribuições do NAPNE do IFAM – Campus Manaus Leste**, 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) Instituto Federal do Amazonas – IFAM, Manaus/ AM, 2016.

DIAS, Patrícia Jovino de Oliveira. **O registro de dados sobre alunos com necessidades educacionais especiais no censo escolar da educação básica na rede municipal de ensino de Londrina/PR**. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

GOES, Ricardo Schers de. **Escolarização de alunos com deficiência intelectual: as estatísticas educacionais como expressão das políticas de educação especial no Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 4. ed. Campinas, SP: Alínea, 141p. 2001.

LOPES, Ingrid Anelise; GONZALEZ, Roseli Kubo; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Indicadores sociais sobre pessoas com deficiência intelectual: ensaio interseccional com vistas a políticas de educação**. Educação e Pesquisa, v. 47, 2021.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Versão final da nova Classificação Internacional de Doenças da OMS (CID-11) é publicada**. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/11-2-2022-versao-final-da-nova-classificacao-internacional-doencas-da-oms-cid-11-e#:~:text=A%20CID%2D11%20foi%20adotada,mortalidade%20e%20morbidade%20em%202022>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

PERINNI, Sanandrea Torezani. **Do Direito à Educação: o núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas e a inclusão escolar no Ifes**. 227f. 2017. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

REBELO, Andressa Santos. **A Educação Especial no Brasil: indicadores educacionais de atendimento especializado (1973-2014)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Campo Grande (MS), 2016.

REBELO, Andressa Santos; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Indicadores educacionais de matrículas de alunos com deficiência no Brasil (1974-2014)**. Estudos em Avaliação Educacional, v. 29, n. 70, p. 276-307, 2018.

ROSA, Vanderley Flor da. **Políticas públicas educacionais, direitos sociais e democratização do acesso à escola: uma visão à partir da implantação da Ação TECNEP na**

Rede Federal de Educação Tecnológica. Marília, 2011. 137f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2011

SANTOS, Bruno Carvalho; SILVA, Aline Maira; NOZU, Washington Cesar Shoití. **Alunos público-alvo da educação especial nas escolas do campo da região centro-oeste: análise de indicadores de matrículas.** Revista on line de Política e Gestão Educacional, v. 22, n. 2, p. 920-934, 2018.

SANTOS, Jessica Rodrigues. **Inclusão escolar e os modos de planejamento educacional individualizado nos institutos federais brasileiros.** 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

SILVA, Antônio Soares Júnior; ELTZ, Patrícia Thoma. **Os institutos federais e a educação profissional: políticas públicas, ações afirmativas e inclusão social.** Brazilian Journal of Development, v. 5, n. 12, p. 31779-31787, 2019.